

V CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

**ARQUIVOLOGIA E INTERNET:
CONEXÕES PARA O FUTURO**

01 a 05 de Outubro 2012 | Salvador-BA
Pestana Bahia Hotel

ENCONTROS PARALELOS

www.enara.org.br/cna2012
Salvador. A Capital Nacional da Arquivologia em 2012

SUMÁRIO

III ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS DO 3º SETOR

A informação arquivística como substrato cultural na consolidação da memória coletiva, Danielle Alves

Movimentos Sociais e Arquivo: A importância da documentação no processo de construção da memória, Fernanda Monteiro (UNIRIO)

Acesso e uso da informação em arquivos sob a perspectiva dos serviços de difusão cultural e ações educativas, Thais Santos

Movimentos Sociais na Zona Oeste: Arquivos e narrativas, William Vieira

VI REUNIÃO DE ARQUIVOS JUDICIAIS DO BRASIL

Lei de Acesso à informação pública e a gestão documental no judiciário, Neide De Sordi (Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia e Documentação – Universidade de Brasília-UNB).

A automatização da eliminação de autos findos no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas à luz da Recomendação 37 do CNJ, Manoel Pedro de Souza

Aplicabilidade da tabela de temporalidade de documentos unificada do Poder Judiciário – processos judiciais, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Maria Rosa Torres Susana Arquivista pela UNI-RIO, Chefe de serviço de Gestão de Instrumentos Arquivísticos do TJRJ, Analista de sistemas – PUC-RJ. Integrante do PRONAME/CNJ.

III ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MÉDICOS

O prontuário eletrônico como unidade de transferência e criação de conhecimento em saúde, Francisco Pedroza (UFBA)

VI ENCONTRO DE ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

A atuação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo nos convênios com os Arquivos Municipais capixabas através do PROGED: Programa de Gestão Documental, Anderson Gomes Barbosa (Arquivista do Arquivo Público Estadual do ES)

A gestão do patrimônio histórico documental no Arquivo Público Municipal de Campos - RJ, Carlos Roberto Bastos Freitas (Diretor do Arquivo Público de Campos – RJ)

VII ENCONTRO DE PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA

Paleografia e diplomática, João Euripedes Franklin Leal (UNIRIO)

Documentos y diplomática de instituciones hispanoamericanas, Branka Tanodi (Universidad de Córdoba/ Argentina)

I ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS PRIVADOS

Memória Organizacional

Palestrante: Louise Anunciação Fonseca de Oliveira (UFBA)

PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA

João
Eurípedes Franklin Leal
Paleógrafo, Professor
Livre-Docente Da Unirio

BREVES CONSIDERAÇÕES

A Paleografia e a Diplomática são disciplinas originárias da sistematização teórica proveniente do livro *De Re Diplomática libri sex*, editado em Paris em 1681, de autoria de D. Jean Mabillon (1632-1707), membro da Ordem dos Beneditinos tido como um dos homens mais cultos da França em seu tempo.

D. Jean Mabillon é considerado o Pai da Paleografia e da Diplomática, conhecimentos e disciplinas profundamente complementares. Contudo, foi um outro beneditino, Bernardo de Montfaucon (1655-1714) quem usou, pela primeira vez, a palavra paleografia para identificar esta técnica, ao lançar, em 1708, seu livro *Paleographia Graeca*.

A Paleografia é o estudo técnico de textos manuscritos antigos, na sua forma exterior, e compreende o conhecimento dos materiais e instrumentos para escrever, a história da escrita e a evolução das letras objetivando sua leitura, transcrição e interpretação. Ela se interrelaciona com outras ciências e técnicas como a História, a Filologia, a Diplomática, a Arquivologia, a Museologia, a Biblioteconomia, o Direito e a Documentação. Sua importância está ligada à leitura que faz dos imensos acervos documentais manuscritos, muitos ainda não lidos, existentes em arquivos de todo mundo.

A paleografia não pode ser vista apenas como uma técnica transcritora de documentos. Ela possui um vasto conteúdo teórico, de grande importância, para se produzir uma correta transcrição.

Necessário se faz conhecer os materiais, instrumentos e tintas utilizados no passado. Imprescindível acompanhar a história da escrita, principalmente a reveladora evolução das letras do alfabeto latino. Necessita-se também conhecer as evoluções, ou mesmo as involuções das letras, desde as clássicas romanas, as unciais, as medievais de transição, como a visigótica ibérica, as belas e puras letras carolinas, as complexas letras ditas góticas, desde a clássica, passando pela cortesã, a processual e a encadeada até chegar à escrita humanística, originária do século XV e usual até hoje. Indispensável conhecer o uso dos números, seja romanos ou os ditos arábicos, em todas suas variações. Importantíssimo o estudo das várias formas de abreviar palavras ou expressões, assim como o uso de sinais e pontuação. Além disso o paleógrafo necessita compreender o contexto e história da época em que o documento foi produzido para que sua transcrição, leitura e interpretação sejam fiéis ao conteúdo informacional do manuscrito.

O paleógrafo é como um "semideus", pois tem o poder único de "ressuscitar" a informação do manuscrito ao lê-lo e transcrevê-lo, pois do contrário, a informação estaria morta, perdida no passado da história.

A paleografia tem como objetivo maior a leitura, a transcrição e a interpretação de documentos, não importando sua data, autor ou origem, mas sim se o manuscrito apresenta uma forma escrita que comprometa sua legibilidade. A função do paleógrafo é ler corretamente o texto, transcrevê-lo seguindo Normas de Transcrição e interpretá-lo, isto é, torná-lo inteligível ao usuário quanto ao seu conteúdo, palavras e expressões não mais usuais.

As Normas Brasileiras de Transcrição Paleográfica - NBTP, são úteis porque proporcionam uniformização do trabalho de transcrição servindo para uma melhor compreensão e difusão da documentação manuscrita brasileira. As NBTP desenvolveram-se principalmente na década de 1980, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e foram consagradas após o 1º Encontro de Paleografia e Diplomática, em 1990, e o 2º Encontro, em 1993, realizados no Arquivo do Estado de São Paulo, com participação de inúmeros paleógrafos, diplomatas, filólogos, arquivistas e historiadores, assim como no 3º Encontro realizado no Rio de Janeiro. As NBTP são próprias para documentação a partir dos séculos XV e XVI, abundantes nos arquivos brasileiros, mas não refletem as complexidades próprias da escrita medieval, entretanto, suas diretrizes podem ser utilizadas na transcrição de qualquer documento.

Quanto à diplomática, ela pode ser considerada o núcleo duro que deu origem à ciência da Arquivologia.

Segundo Cencetti a Diplomática é a disciplina que estuda a gênese, a forma e a transmissão de documentos arquivísticos e sua relação com os fatos nele representados e com seu autor, com o fim de identificar, avaliar e comunicar sua verdadeira natureza.

A Diplomática surgiu no século XVII em um contexto de dúvidas quanto à autenticidade de documentos merovíngios na França e assim constituiu-se em uma ciência própria. Em sua forma clássica objetiva julgar e identificar se o documento, manuscrito ou impresso, antigo ou recente, é autêntico, falso ou falsificado, além de analisar sua tipologia.

Ainda antes de D. Jean Mabillon houve um papa, Inocêncio III (1198-1216) que se ocupou do problema de falsificação de bulas e outros documentos da Igreja e por isto emitiu duas bulas tentando resolver a situação. Em função desta atitude este papa é considerado o precursor da Diplomática.

No século XVIII os estudos iniciados por D. Jean Mabillon tiveram grande difusão e influência na Europa, e uma grande obra *Nouveau Traité de Diplomatie*, dos também beneditinos Charles Toustain e René Tassin, trouxe mais conteúdo e importância a Diplomática.

Segundo a historiadora e diplomata Heloísa Liberalli Bellotto, os documentos diplomáticos são os de natureza jurídica, que refletem ações e relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos configurando assim os documentos públicos.

A base teórica da Diplomática tradicional compõe-se do estudo dos tipos documentais, da gênese ou elaboração dos documentos, da análise das partes dos mesmos, dos materiais e instrumentos usados na escrita, dos modos de como acontece à tradição ou entrega dos documentos, seja na forma de original ou na forma de cópia e por fim da crítica diplomática. Recentemente a Diplomática teve parte de seu conteúdo teórico aplicado na documentação eletrônica, especialmente na informática, o que proporcionou um efeito revigorante à disciplina. Entretanto, é bom lembrar que a Diplomática original ou clássica continua e que esta faceta de sua história pode ser apenas uma etapa, entre outras, de sua existência. No contexto atual há uma tendência errônea de revisão reducionista nos objetivos da diplomática, tendo em vista sua aplicação nos documentos eletrônicos. A Diplomática clássica é indispensável e sua atuação na área de documentos eletrônicos é apenas mais um dos capítulos de sua teoria e prática.

Os estudos acadêmicos de Paleografia e Diplomática sempre foram de maior e melhor porte na França, Itália, Espanha, Portugal, mas seu centro de excelência situa-se na Escola do Vaticano, em Roma.

No Rio de Janeiro a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO possui o Núcleo de Paleografia e Diplomática que tem por objeto o ensino, a pesquisa e a divulgação destas áreas do conhecimento. Este Núcleo foi o primeiro do gênero na América Latina. Localiza-se na cidade do Rio de Janeiro, que é o maior centro de documentação colonial do continente, com seus formidáveis arquivos públicos e privados como o Arquivo Nacional, o Arquivo do Itamarati, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o Centro de Documentação da Marinha, o Arquivo da Cúria Metropolitana, a Biblioteca Nacional etc.

A Paleografia e a Diplomática nos manuscritos musicais

Assim como em outras ciências, técnicas ou disciplinas a paleografia e a diplomática têm ampla aplicação perante os documentos musicais, seja pela atuação da paleografia na leitura, transcrição e interpretação dos manuscritos, seja pela diplomática que julga a autenticidade dos mesmos. A atuação da diplomática neste contexto segue as mesmíssimas análises e práticas concernentes a qualquer documento, seja manuscrito, seja impresso e procura investigar sua real autenticidade através de sua base material (pergaminho/papel), de características de sua escrita, de sua tinta, de possíveis marcas d'água, de forma de sua composição, de sua gênese e de sua forma de transmissão.

Entretanto a paleografia segue seu específico roteiro, tendo em vista as particulares características dos documentos de notação musical.

A paleografia ao ler, transcrever e interpretar o manuscrito musical, tem que levar em conta as técnicas diferenciadas da notação usada desde a idade média. Para tanto estabelece três etapas diversas de notação. Estas etapas são: as notações neumáticas, as notações quadradas ou negras e as notações modernas ou atuais. Temos também que chamar a atenção para o fato básico de que a paleografia somente trabalha com manuscritos e nunca com notações impressas.

De forma resumida ou simplificada pode-se assim caracterizar as etapas históricas das notações musicais:

A primeira etapa, chamada de **Notação Neumática**, aconteceu desde o início do século IX e atingiu o século XIII, na Europa. Nesta fase inicial caracterizou-se pela diversidade de formas de notação, que variava de cidade para cidade, de monastério para monastério, de região para região. Parece entretanto ser grande verdade que seu início foi bem anterior ao ano 800, remontando a Grécia e a Roma usando letras do alfabeto para a notação.

A realidade documental mostra que os mais antigos documentos com neumas atualmente conhecidos datam de aproximadamente 920/930 e são do Cantatorium de Saint-Gall.

Como foi anteriormente afirmado, as notações com neumas não tiveram um único modelo e assim, na Europa Ocidental, as variações mais importantes foram: a notação de Saint-Gall (possivelmente a mais precisa e de maior excelência), a notação de Lorreine, a notação Bretã, a notação de Aquitânia, as notações francesas (Lyon, Normandia, Paris e Vale do Loire), as notações italianas, as notações da península ibérica (mozarabe e catalã sendo a primeira substituída no século XI pela da Aquitânia, por influência dos monges de Cluny).

Bom lembrar que as mesmas representavam-se por sinais agudos ou graves, mas não mostravam intervalo ou distância entre uns e outros, seu grau diatônico e valor das notas.

Inicialmente havia ausência de linhas e só no final do século X surgiu o uso de uma linha básica. Mais tarde, no final do século XII, acrescentaram a ela duas e depois três linhas formando o tetragrama ou pauta de 4 linhas.

As claves se indicaram inicialmente com a cor de uma das linhas sendo o vermelho para a de fá, a amarela para de ut ou dó. No século XII apareceram as letras-claves sendo o F para fá, C para dó e G para sol mostrando assim uma possível influência da antiga notação alfabética romana.

Os neumas, graficamente, remontam aos antigos sinais de acentuação usados, combinados ou separadamente, e deram origem a nove signos compostos (Clivis, Podatus, Porrectus, Torculus, Scandicus, Climacus, Porrectus Flexus, Torculus Resupinus e Climacus Resupinus) além de outros como apóstrofo, oriscus e pressus. Havia um grupo especial de neumas que representavam adornos melódicos próprios (epiphonus, cephalicus, sinuosum, e quilisma ascendente e descendente).

Normalmente usava-se tintas diferentes para escrever o texto e para escrever a notação.

Antes do período gótico (séc. XII a XV) as tintas prediletas nos manuscritos eram, além do negro, o verde, o vermelhão, a púrpura e o amarelo.

No período gótico usou-se muito o azul, o vermelho e o dourado nas iluminuras dos manuscritos.

A segunda etapa é qualificadora como a das **Notações Quadradas** ou **Negras** e que surgiram no século XIII e teve uso quase geral nos séculos XIV, XV e XVI. Estas

notações usam o tetragrama ou quatro linhas. Foi neste momento que o sistema substituiu linha colorida por clave de sol, de fá ou de dó. Ainda nesta fase têm-se duas formas de notação, a gótica, que predominou na área alemã e a notação romana ou quadrada romana. A notação gótica, nos séculos XV e XVI, tomou uma forma de prego ou cravo com uma aparência de losângulo. A notação quadrada apareceu no fim do século XII, no norte da França e no século XIII seu traçado passou a ser feito com uma pena de ponta larga e se expandiu em uso para Inglaterra, Alemanha e Escandinávia e foi usada também para melodias profanas.

Depois de 1300 tornou-se comum uma notação em vermelho, ao lado da notação em preto para estabelecer distinções, em diferentes circunstâncias, como para indicar a mudança de ritmo ou de valores menores.

Foi um espírito de simplificação que fez aparecer mais tarde as notas brancas, isto é, as notas cujo interior era mantido em branco, isto em meados do século XV, dando origem as notas cheias ou negras e as brancas.

O aperfeiçoamento da notação medieval exerceu uma influência sobre o livro, pois a indicação precisa dos intervalos possibilitou a leitura direta da melodia, e assim substituiu a memorização exigida anteriormente. Isto permitiu a feitura de livros de canto de grandes dimensões, onde vários cantores utilizavam, ao mesmo tempo, o mesmo manuscrito. Assim, após o século XIII, as dimensões dos livros de canto aumentaram dando origem aos gigantes antifonários que serviam a um coro completo.

A terceira e última etapa é a das **Notações Modernas** estabelecendo as formas, ainda atuais, de elaboração de manuscritos musicais, com as suas notações, em parte originárias do século XI por Guido de Arezo (992-1050), monge beneditino, que usando a primeira sílaba de cada frase do Hino a São João Batista, deu origem as notas ut (depois do de Dominus), re, mi, fá, sol, la e si (de S.Ioanes). Também usando as claves, o estilo de cinco linhas ou pentagrama e os demais sinais que se agregaram a época, ou em momentos posteriores, gerando a forma atual universalmente conhecida.

Por defender uma paleografia de resultado cumpro fazer as seguintes observações:

Os manuscritos da primeira etapa, os neumáticos, são eles raros, senão raríssimos, e não pertinentes a realidade brasileira. A eles devemos conhecer para melhor exercer a paleografia e a diplomática em manuscritos já da segunda etapa (Notações Quadradas ou Negras) e da terceira etapa por serem estes partícipes do uso e do interesse pela notação musical especialmente no Brasil, desde a época Colonial.

Bibliografia:

- G. Sunyol, Introduction à la Paléographie Musicale Gregorienne, Tournai, Roma, 1935

- G. Battelli, Lezioni di Paleografia, Ed. Vaticana, Roma, 1999

- B. Bischoff, Paléographie, Ed. Picard, Paris 1993

- H. Beguermont, La Première Écriture Musicale du Monde Occidental, Ed. Zurfluh, Paris, 2003

- Agustin Millares Carlo, Paleografia Española, Ed. Labor, Barcelona, 1929.